

PARECER N.º 39/CITE/2000

Assunto: Encerramento definitivo da ..., L.da, com sede em ..., que obriga ao despedimento colectivo de todos os/as seus/suas trabalhadores/as, incluindo várias trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes
Processo n.º 67/2000

I - OBJECTO

- 1.1. Em 24.10.2000, a CITE recebeu da ..., L.da, um ofício informando que a empresa tinha decidido “cessar toda a sua produção e actividade em Portugal, encontrando-se em curso um processo de despedimento colectivo de todos os seus trabalhadores”.
- 1.2. A empresa anexa a fundamentação do despedimento colectivo, a acta do acordo entre a empresa e os trabalhadores, devidamente representados, sobre a compensação, tramitação e procedimentos a adoptar, a listagem com todos os trabalhadores a despedir e a lista das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes abrangidas pelo despedimento.
- 1.3. Em face do exposto, a empresa solicita à CITE a emissão de parecer favorável, “em cumprimento do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, e no artigo 30.º, n.º 2, alínea b) do Decreto-Lei n.º 136/85, de 3 de Maio”.

II - ENQUADRAMENTO JURÍDICO

- 2.1. A empresa apresenta como fundamentos do seu encerramento definitivo e conseqüente despedimento colectivo de todos os seus trabalhadores a cessação do contrato de fornecimento que assegurava o escoamento de toda a sua produção e a não existência de qualquer interessado na compra da fábrica da ..., ou das quotas da sociedade a que pertence.
- 2.2. A empresa que tem um quadro de pessoal constituído por 260 trabalhadores efectivos, sendo 250 mulheres e 10 homens, mais 9 contratados a prazo, sendo 8 mulheres e um homem, chegou a acordo com as estruturas representativas dos trabalhadores relativamente aos trâmites do despedimento colectivo e às indemnizações a atribuir pela empresa aos seus trabalhadores.
- 2.3. O parecer da CITE justifica-se nos termos do artigo 24.º da Lei da protecção da maternidade e da paternidade (Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, com as últimas alterações constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 70/2000, de 4 de Maio) e do artigo 10.º n.º 1 alínea b) da actual regulamentação para o sector privado constante do Decreto-Lei n.º 230/2000, de 23 de Setembro, porque entre as referidas trabalhadoras, objecto deste despedimento colectivo, existem onze grávidas, sete em licença de maternidade (puérperas) e oito em situação de aleitação (lactantes).
- 2.4. O presente despedimento colectivo de 250 trabalhadoras e 10 trabalhadores fundamenta-se em razões económicas, em que não se vislumbram quaisquer outras relacionadas com a discriminação em função do sexo por motivo de maternidade, uma vez que aquele ocorre em consequência do encerramento definitivo da empresa.

III - CONCLUSÃO

Em face do exposto, a CITE não se opõe ao despedimento das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes:

- ...
- ...
- ...

APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO DA CITE DE 20 DE NOVEMBRO DE 2000